

LUCHIARI, A. **Avaliação de dados TM Landsat para implantação de projetos de colonização de microregião do Alto Purus – Estado do Acre.** 1986. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 1986.

MOTTA, M.; CORDEIRO, J.P.C.; VALERIANO, D.M. Using LEGAL – Map Algebra – as tool to support estimation of Amazonian deforestation. In: SIMPOSIO LATINO-AMERICANO SOBRE PERCEPCION REMOTA Y SISTEMAS DE INFORMACION ESPACIAL, XI., 2004. Santiago. **Anais....** Santiago: SELPER (Sociedade De Especialistas Latino-Americanos em Sensoriamento Remoto), 2004.

SHIMABUKURO, Y. E., BATISTA, G.T., MELLO, E.M.K., MOREIRA, J.C., DUARTE, V. Using shade fraction image segmentation to evaluate deforestation in Landsat Thematic Mapper images of the Amazon Region. **International Journal of Remote Sensing**, Inglaterra, Taylor & Francis Group, v. 19, n. 3, p. 535-541, 1998.

SHIMABUKURO, Y. E., DUARTE, V., MELLO, E.M.K., MOREIRA, J.C. **Apresentação da metodologia de criação do PRODES digital.** (INPE-7520-PUD/41). São José dos Campos: INPE, 2000.

*LETÍCIA PALAZZI PEREZ*

(Escola Politécnica da USP – Departamento de Engenharia de Transportes.

E-mail: leticia.palazzi@gmail.com

\* Aluna do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes)

*TATIANA MORA KUPLICH*

(Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. E-mail: tmk@dsr.inpe.br)

*RITA DE CASSYA ALMEIDA SOUZA*

(Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. E-mail: rcassya@dsr.inpe.br)

*HOMERO FONSECA FILHO*

(Escola Politécnica da USP – Departamento de Engenharia de Transportes. E-mail: hfonseca@usp.br)

## **EXAMINANDO A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O TRABALHO, A TÉCNICA E A TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL ATRAVÉS DO BAÚ DO MASCATE**

**GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 32, n. 2, p. 486-499, mai./ago. 2007.

### **INTRODUÇÃO**

O trabalho humano, diferentemente do trabalho dos animais irracionais, é dotado de intenções. Este trabalho busca adaptar e melhorar a vida do homem no meio em que está inserido. Desta forma, cultivos agrícolas, casas, pontes, carroças e todos os objetos artificiais e naturais foram e são construídos e organizados pelo trabalho humano, gerando a produção do espaço geográfico. Assim, através do processo da produção, o 'espaço' torna o 'tempo' concreto.

Considerando que o espaço geográfico é formado por um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1997, p.19), temos que esses objetos somente foram possíveis de serem produzidos pelo homem porque existem técnicas que norteiam este trabalho, ou seja, esta ação humana. Tais técnicas são desenvolvidas pelo homem a partir de suas necessidades cotidianas, ou seja, refletem o modo de vida de cada sociedade em determinado período histórico, pois são materializadas nos objetos que compõem o espaço.

Este trabalho se dispõe a estudar as técnicas envolvidas na mascateagem durante o período cafeeiro, especificidade encontrada no lugar Itapira, capaz de permitir a identificação da história materializada no espaço geográfico. É o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e atribuindo afetividade histórica.

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *triade habitante-identidade-lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 1996, p.20)

### *A mascateagem unindo espaço e tempo*

A ciência moderna busca entender os fenômenos analisando suas complexidades, identificando origem, mecanismos, relações, etc. A ciência geográfica busca analisar seu objeto de estudo, o espaço geográfico, de forma abrangente. Nesta perspectiva, para a completa compreensão da realidade é necessário fundir os conceitos de espaço e tempo. Este exercício aplicado com sucesso em sala de aula (FREITAS; GARCIA, 2003) é entendido como perfeitamente necessário para compreender como a técnica da mascateagem contribuiu para a produção espacial do município de Itapira. “A técnica é tempo congelado e revela uma história”. (SANTOS, 1997, p.40).

Neste propósito, unindo espaço e tempo através do estudo da técnica, temos que a mascateagem foi significativa para o município de Itapira durante as décadas de 1890 a 1940. Em pleno período cafeeiro eles atuavam tanto na zona rural, como na urbana. A presença significativa desta técnica foi destacada como uma peculiaridade do município. Esta especificidade afetou a economia e a produção do espaço itapirense.

A análise de fontes primárias forneceu o embasamento para as reflexões sobre a importância do mascate para a formação comercial do município de Itapira. Através delas, o contexto das relações sociais, econômicas e políticas do lugar foi resgatado para o melhor entendimento da contribuição do mascate para a produção específica daquele espaço.

Desta forma, este trabalho buscou resgatar do espaço a acumulação de tempos, dando possibilidade para o entendimento da produção espacial.

Portanto, se quisermos entender o “presente como história”, devemos ver o passado como algo que contém as raízes do presente. Um espaço concretiza diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade, pois é resultado de uma acumulação de tempos e, para cada lugar, essa acumulação é diferente.

### **O BAÚ DO MASCATE EM ESPAÇOS CAFFEEIROS**

Foi na economia cafeeira capitalista que o mascate realizou seu comércio. Sua atividade foi específica. Atuou “fora” deste sistema, com os trabalhadores das fazendas, na maioria imigrantes, dependentes da “Venda” do cafeicultor. Estes buscaram suprir suas necessidades básicas de consumo, efetuando trocas de mercadorias por produtos por eles criados e cultivados, na fazenda cafeicultora.

Atuou, também, “dentro” do sistema, quando levou esses produtos *in natura*, tais como verduras, legumes, aves, ovos, etc., ao mercado do centro urbano, para efetuar a venda dos mesmos, recebendo dinheiro em troca.

Essas características acentuaram a tese defendida por Braudel (1996, p.62) de que: “a mascateagem é um sistema eminentemente adaptável. Qualquer problema de distribuição pode fazê-la surgir ou ressurgir”

Foi uma especificidade do mascate, ser um agente que comercializou e supriu as necessidades básicas de seus fregueses, no caso das fazendas de café, através da troca por produtos cultivados pelos próprios colonos.

Desta forma, constatou-se que o mascate, ao comercializar esses produtos, integrou-se ao sistema capitalista, e atuou num espaço organizado pela racionalidade capitalista. A troca foi uma forma de adaptação encontrada pelo mascate para garantir seu sustento, ou melhor, seu enriquecimento numa sociedade onde a mobilidade social era praticamente nula.

O mascate pode ser considerado como um agente “ponte” dentro da estrutura econômica e social produzida pelo ciclo cafeeiro, pois foi ele quem fez a principal ligação entre as mercadorias do rural para o urbano e vice-versa. Com seu instrumento de trabalho, “a carrocinha”, ele levou para o espaço rural mercadorias produzidas e comercializadas no urbano e, trouxe do rural, produtos cultivados neste espaço, para serem vendidos no urbano e revertidos em papel moeda.

Chegando até as fazendas com este sistema de trocas, o mascate representou um elemento chave dentro da economia capitalista no período analisado.

Para entender a economia cafeeira em que o mascate atuou, principalmente no período de 1890 a 1940, é preciso retomar o contexto em que se deu a expansão cafeeira nos solos paulistas, resgatando os principais elementos que o caracterizaram.

O café ganhou importância no cenário econômico brasileiro após a decadência do ciclo do ouro. Ele surge como um produto promissor para a economia da Província de São Paulo. Seu cultivo atinge os solos da Província por meio do Vale do Paraíba, em meados da década de 1830. A monocultura cafeeira do Vale do Paraíba entra em declínio a partir de 1880 devido à diminuição da fertilidade dos solos e a onerosa visão aristocrática, monarquista e escravagista dos fazendeiros.

A partir de 1854, o café avançou rumo ao “oeste paulista”, encontrando manchas de terra roxa e um posicionamento empreendedor capitalista dos fazendeiros, que viabilizou um aumento na produtividade.

Com o avanço do café rumo ao oeste, criaram-se novas zonas de plantio, como a Mogiana, a Araraquarense e a Sorocabana, que marcaram o avanço temporal e espacial da cultura pelo território paulista. Este processo se faz acompanhado pelos objetos técnicos ferrovias. A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, por exemplo, estruturou a região analisada neste trabalho, gerando um grande impulso no escoamento do café a partir de 1872, ano em que foi fundada. (MOMBEIG, 1984, p.174).

Através da instalação das ferrovias paulistas, a produção cafeeira passou a ser escoada pelo porto de Santos com maior rapidez. As ferrovias representaram nervos condutores e irradiadores do capitalismo cafeeiro na Província.

As estradas de ferro acompanharam e foram condições para o avanço e desenvolvimento das fazendas de café em solos paulistas. “Atrás do café e, por vezes, à sua frente, penetram as ferrovias. Com elas, os colonos estrangeiros e o comércio semi-sedentário. Cidades erguem-se, crescem rápidas, sem tempo suficiente para tomar pé.” (MILLIET, 1982, p.24)

Os mascates também se utilizaram da mesma, levando suas mercadorias às fazendas.

Constituiu-se a ferrovia num marco de mudança na organização produtiva do café, possibilitando a superação de uma fase mercantil escravista para a organização capitalista propriamente dita, impulsionando o processo de acumulação e possibilitando a introdução da organização capitalista na agricultura. (GARCIA, 1994, p.153)

É importante ressaltar que a atividade mascate nas fazendas cafeeiras foi intensificada pela abolição dos escravos, pois os imigrantes, na posição de homens livres, estavam receptivos ao consumo, enquanto os escravos não.

Os imigrantes, por não serem propriedade dos fazendeiros, eram detentores de seus próprios instrumentos de trabalho, além de serem os responsáveis pelo custeio de suas necessidades básicas. Este fato criou uma dependência econômica do imigrante para com o cafeicultor, pois o mesmo era obrigado a fazer suas compras de artigos para a subsistência na "Venda" da fazenda, de propriedade do próprio cafeicultor. Assim, criou-se um sistema de extrema dependência do imigrante perante o cafeicultor, onde o primeiro manteve uma dívida permanente com o segundo.

Além da "Venda" do cafeicultor, que era interna à fazenda, existiram as vendas particulares, que se encontravam fora das fazendas. O vendeiro, na condição de homem livre, configurou-se como um agente que, mesmo de forma rudimentar, manteve como profissão a atividade comercial. Muitas vezes era respeitado e mantinha relações de dependência com o fazendeiro; em outras, sua posição social misturou-se aos pobres do local.

A posição oscilante e o comportamento dúbio do vendeiro representavam mecanismos que garantiam seu próprio equilíbrio na sociedade. A malandragem, a esperteza, o expediente consistem, para ele, na forma possível de acomodação a uma ordem social em que sua atividade é marginal e quase dispensável. (FRANCO, 1974, p.69)

O vendeiro também almejou o lucro rápido, uma de suas características foi o uso do dinheiro em suas vendas, diferindo-se do mascate.

O mascate representou uma libertação do imigrante perante o cafeicultor, criou laços de confiança com os mesmos e, apesar de explorá-los, tornou-se um agente indispensável dentro do espaço econômico cafeeiro.

Habitados por operários italianos, o campo de trabalho dos mascates alargou-se consideravelmente, a tal ponto que o colono procurou deixar de fazer suas compras nos armazéns do fazendeiro. Os mascates representaram uma concorrência feliz à venda do patrão, algumas vezes até uma verdadeira libertação. Foram os próprios italianos que asseguraram para si a mascateagem, sobretudo os calabreses, que já exerceram em sua pátria tal profissão. (DEFFONTAINES, 1947, p.815)

No cotidiano do espaço econômico cafeeiro, os colonos utilizaram-se de suas roças particulares para burlar a dependência com a "caderneta" da venda do proprietário da fazenda. Este aspecto, foi condição para que os mascates pudessem desenvolver sua atividade por meio das trocas.

Uma peculiaridade importante relaciona-se à figura da mulher nas fazendas, pois geralmente era ela quem criava animais para ajudar na alimentação da família, como aves e porcos e mantinha as plantações de subsistência. Sendo assim, o mascate realizava seu comércio com as mulheres, constituindo uma economia relativamente à parte do sistema capitalista.

A atividade mascate teceu uma rede comercial que supriu a debilidade da circulação de mercadorias num espaço partilhado por fazendas.

O mascate trilhou sua própria evolução econômica e social e, da posição de ambulante, fixou seu comércio tornando-se vendeiro, contribuindo substancialmente para a produção do espaço.

A economia do Estado, em vias de expansão a partir da lavoura do café e da rede ferroviária crescente, atraiu milhares de imigrantes de todas as nacionalidades. Os mascates sírios e libaneses, trabalhando fora da capital, viajavam por todo o Estado de São Paulo. Encontrando um lugar favorável numa comunidade ou numa encruzilhada, abriam uma lojinha. Quando eram bem sucedidos, mandavam convidar parentes e amigos para reunir-se a eles. Estes, de acordo com o mesmo, abriam negócios por conta própria no mesmo local ou nos arredores... muitos, enriquecendo, compraram terras e tornaram-se fazendeiros e criadores, e outros investiram seus fundos em máquinas de beneficiar algodão, armazéns e outras formas de empresas industriais na zona agrícola. (KNOWLTON, 1961, p.138)



Esse ciclo justifica o rápido enriquecimento dos mascates, e seu progresso comercial como comerciantes estabelecidos.

Confirmando a presença de mascates em Itapira, têm-se, pelo Registro de Lei nº 58, de 15 de outubro de 1906, a regulamentação para a atividade criada pela Câmara Municipal (Tabela 1):

**Tabela 1 - Legislação sobre vendas de produtos por mascates em Itapira**

<b>Referente a Ambulantes</b>	<b>Valor em Réis</b>
19. Para vender cadeiras toscas por mez	10.000
20. Para vender areia, cascalho, pedregulho, etc, por anno	15.000
21. Para vender fumo, não sendo do município, por mez	10.000
22. Para mascatear calçado importado, na cidade e município, por anno	100.000

Fonte: Livro de Leis, Câmara Municipal de Itapira, Vol. 2 –1906.  
Organizado por Mirlaine Rotoly de Freitas

Através da tabela 1, tem-se a constatação de que a venda de produtos trazidos de fora pelos mascates foi contínua no município, pois o imposto era anual. Consequentemente, o “lugar” Itapira estava, por intermédio do mascate, ligado ao mundo.

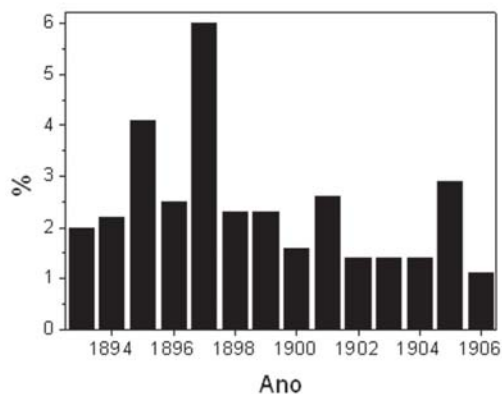
Assim, ao desenvolver sua atividade comercial, o mascate contribuiu para a produção do espaço itapirense. O mascate representou o agente que realizou a ligação entre o urbano e o rural, envolvido diretamente com a distribuição de mercadorias.

A partir do mascate, o espaço rural foi abastecido com produtos manufaturados ou industrializados, enquanto o urbano era abastecido com produtos primários, como aves, ovos, legumes, verduras, etc. O Mercado Municipal, situado no espaço urbano, foi o local onde o mascate finalizou seu ciclo de trocas. No espaço rural, geralmente os mascates adotaram a frequência semanal de visita aos fregueses. Havia um certo acordo entre os mascates do local, para evitar que vários visitassem, num único dia, a mesma fazenda. Através da técnica do estabelecimento de laços de confiança com os fregueses, o mascate garante suas vendas. O volume da atividade mascate cresceu, acompanhando o desenvolvimento cafeeiro da cidade.

Através da figura 2, observa-se que, em 1897, a contribuição dos mascates para a receita municipal foi de 6% e, portanto, a maior do período. Este percentual revela a importância dos mascates para o município de Itapira, pois se trata de uma atividade paralela às formas normais de comércio, sendo assim, a mascateagem representou uma contribuição significativa para a receita e para a economia itapirense como um todo (Tabela 2).

Como no período a maior contribuição era oriunda dos impostos cafeeiros, podemos compará-la à contribuição dos mascates.

**Figura 2 - Contribuição dos mascates (%) para a receita do município de Itapira, de 1893 a 1906**



**Tabela 2 - Contribuição dos mascates para a receita do município de Itapira – 1893 a 1906**

Ano para o exercício	Arrecadação de Mascates - em réis -	Total anual de arrecadação - em réis -
1893	800	40.530
1894	800.000	36.580.000
1895	1.000.000	24.350.000
1896	1.500.000	59.850.0000
1897	4.500.000	74.400.000
1898	2.000.000	86.950.000
1899	2.000.000	85.650.000
1900	1.800.000	113.550.000
1901	3.000.000	112.850.000
1902	2.000.000	137.950.000
1903	2.000.000	137.250.000
1904	2.000.000	145.850.000
1905	4.700.000	164.100.000
1906	2.000.000	180.990.000

Fonte: Livro de Leis, Câmara Municipal de Itapira, Vol. 1 e 2 , 1892 a 1906.  
Organizado por Mirlaine Rotoly de Freitas

**Tabela 3 - Comparação entre a contribuição dos impostos sobre café e mascates em relação ao total arrecadado pelo município de Itapira – 1893 a 1906**

<b>Ano</b>	<b>Contribuição por Café (%)</b>	<b>Contribuição por Mascates (%)</b>	<b>Total anual de arrecadação – em réis -</b>
1893	16.7	2.0	40.530
1894	11.5	2.2	36.580.000
1895	28.8	4.1	24.350.000
1896	20.7	2.5	59.850.0000
1897	23.1	6.0	74.400.000
1898	30.6	2.3	86.950.000
1899	26.4	2.3	85.650.000
1900	18.1	1.6	113.550.000
1901	19.8	2.6	112.850.000
1902	19.6	1.4	137.950.000
1903	19.4	1.4	137.250.000
1904	13.6	1.4	145.850.000
1905	10.6	2.9	164.100.000
1906	12.4	1.1	180.990.000

Fonte: Livro de Leis, Câmara Municipal de Itapira, Vol. 1 e 2, 1892 a 1906. Organizado por Mirlaine Rotoly de Freitas

Na tabela 3, pode-se destacar o período de 1895 a 1899 como sendo o mais significativo para a arrecadação referente à produção cafeeira do município. Apesar do percentual de maior contribuição dos mascates não estar tão concentrado, observa-se que, no mesmo período, sua atividade também foi significativa. Estes dados refletem que a atividade mascate acompanhou o desenvolvimento cafeeiro no município. Assim, o espaço cafeeiro tornou-se condição para o desenvolvimento da mascateagem em Itapira.

Vale ressaltar que os números referentes às contribuições de mascates para a Receita local não refletem a verdadeira realidade, pois muitos mascates burlavam as leis e muitos não pagavam as licenças estabelecidas. Objetivando regulamentar a atividade, a Câmara Municipal de Itapira formulou várias leis referentes ao pagamento das licenças para mascatear, mas atingiu pouco êxito.

Registro de Lei nº 31, de 31 de dezembro de 1896.

Artigo 10º - Os negociantes ambulantes ou mascates não terão lugar para mais de um indivíduo empregado nesse gênero ou comércio, devendo pagar o mesmo imposto cada um por si, ainda mesmo que estejam constituídos em sociedade.

Artigo 12º - Os negociantes ambulantes ou mascates de qualquer espécie deverão andar sempre com as respectivas licenças para apresentadas a quem tiver direito de examinal-as.

Artigo 13º - Para fora da cidade, todo o Inspector ou quarteirão será obrigado a exigir de qualquer mascate que for encontrado em seu quarteirão a licença que mostre haver pago os respectivos impostos e caso não os tenha pago fará apreensão de todas as fazendas e mais objectos, para garantia do imposto e multa, para que o fiscal imponha a multa de vinte à cinquenta mil réis. O inspector que decipar de cumprir as disposições que lhes são referentes neste artigo, incorrerá na multa de trinta mil réis.



Artigo 16º – Todos aquelle que vende por pesos e medidas será obrigado a fazer aferir pelo aferidor da Câmara os seus pesos, balanças e medidas no mez de Fevereiro de cada anno, sobpena de cinco mil reis de multa. (LIVRO DE LEIS, Câmara Municipal de Itapira, Vol. 1, 1892 a 1903)

As leis demonstram, a falta de eficiência da regulamentação frente à atividade mascate no município. Esta questão, agrava-se, por ser numerosa a quantidade de mascates que atuavam no município, e devido à grande inadimplência. Em 1905 a lei nº 31 foi revista.

Registro de Lei nº 51, de 20 de dezembro de 1905.

Artigo 1º – Fica creado o imposto de 50.000 reis ammais sobre compradores de ovos, frangos ou outra qualquer espécie de aves, para revender fora do município.

Parágrafo 1º - A licença para compradores de ovos nos termos do artigo antecedente, não terá lugar para mais de um individuo empregado de comércio, devendo pagar o mesmo imposto cada um por si, ainda mesmo que estejam constituídos em sociedade.

Parágrafo 2º – O negociante deste gênero, deverá andar sempre munido de sua respectiva licença para apresentala a quem tivens direito de a examinar.

Artigo 2º – O infractor da presente lei, fica sujeito a multa de 50.000 e obrigado a tirar a respectiva licença dentro do prazo de vinte e quatro horas depois da intimação.

Artigo 3º – As mercadorias que forem encontradas em poder do infractor, serão apprehendidas pelo fiscal, como garantia do imposto e multa, as quais lhe serão restituídas depois de pago o imposto e a multa, constantes dos artigos 1º e 2º desta lei. (LIVRO DE LEIS, Câmara Municipal de Itapira, Vol. 2, 1903 a 1926)

A Câmara buscou fazer com que os mascates retirassem licenças individuais, evitando que dois ou mais mascates comercializassem com a mesma licença. Porém, em 1916, não conseguindo impor o pagamento da licença individual, a Câmara passou a permitir a existência de um empregado trabalhando junto ao mascate, porém, o imposto sobre este se tornou diário.

Registro de Lei nº 82, de 20 de dezembro de 1916.

Artigo 13º – As licenças para negociantes ambulantes ou mascates, mantem logar para mais de um individuo empregado neste ramo de commercio, pagando cada um por dia o imposto estabelecido, ainda mesmo que estejam constituído em sociedade (LIVRO DE LEIS, Câmara Municipal de Itapira, Vol. 2, 1903 a 1926)

A Câmara Municipal, também elaborou leis que advertiram os comerciantes estabelecidos que ajudavam mascates sem licenças. Geralmente os comerciantes eram parentes, ou amigos dos mascates e os ajudavam no início da atividade.

Registro de Lei nº 20, de 31 de dezembro de 1918.

Artigo 6º – Aos negociantes estabelecidos é expressamente prohibido facilitar por qualquer forma os ambulantes ou mascates de forma que estes negociem sem licença. O infractor, provado que seja o abuso será responsável pelo imposto e multa em que tiver incorrido o mascate.

Artigo 7º - Nas mesmas penas do artigo antecedente incorrerá todo aquelle que, acceitar em sua casa para guardar mercadorias do mascate contrabandista. Devendo portanto exigir do mascate o certificado da Thesouraria da Câmara Municipal antes de dar agasalho as mesmas mercadorias. (LIVRO DE LEIS, Câmara Municipal de Itapira, Vol. 2, 1903 a 1926)

Desta forma, a inadimplência, intrínseca à atividade mascate, dificulta a visualização da real importância desta atividade para a economia do município.

Através dos registros da Prefeitura Municipal de Itapira sobre as Guias de Recolhimento de Impostos de Indústrias e Profissões, no período de 1938 a 1940, nota-se, a grande quantidade de mascates que atuaram no período.

Geralmente, os mascates pagavam seus impostos por trimestre, concentrando os pagamentos nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Aqueles que tinham maior estabilidade na profissão pagavam por anuidade, ou por semestre.

Na maioria das vezes, o mês de maior contribuição era janeiro. Devido ao grande número de mascates atuando na cidade, a folha de arrecadação era quase que exclusiva dos mascates. O período de 1º a 31 de janeiro do ano de 1938 confirma esta arrecadação (Tabela 4):

**Tabela 4 - Guia de recolhimento – impostos sobre indústrias e profissões no município de Itapira (1938)**

<b>Nº</b>	<b>Nome do Contribuinte</b>	<b>Período</b>	<b>Natureza do Imposto</b>
1	Cairo Leite Brito	15 dias	Ambulante de Relógios
2	Ezequiel Gutierrez	1º trimestre	Ambulante de "Aves e Ovos"
3	Júlio Recchia	1º trimestre	Ambulante de "Aves e Ovos"
4	Luiz Guerra	1º-4º trimestres	Aves e Ovos com carrinho
5	Luiz Guerra	1º semestre	Aves e Ovos com cargueiro
6	Afonso Cescon	1º semestre	Aves e Ovos com carrinho
7	Benedicto Alves Carvalho	1º semestre	Aves e Ovos com carrinho
8	Luiz Rossetti	1º semestre	Aves e Ovos com carrinho
9	Joaquim de Freitas	1º semestre	Aves e Ovos com carrinho
10	João de Freitas	1º semestre	Aves e Ovos com carrinho
11	Abdo Damas	1º e 2º semestres	Aves e Ovos com carrinho
12	João Pierocci	1º semestre	Ambulantes de sorvetes e refrescos
13	Eugênio Ferracin	1º semestre	Aves e Ovos com cargueiro
14	Antônio Ferracin	1º semestre	Ambulante de "Aves e Ovos"
15	Brasílio Modonezi	1º trimestre	Vendedor de Lenha
16	Antônio Gonçalves Cunha	1º semestre	Ambulante de "Aves e Ovos"
17	João Torres Peralta	1º e 2º semestres	Ambulante de "Aves e Ovos"
18	Francisco Torres Guerreiro	1º semestre	Ambulante de "Aves e Ovos"
19	Antônio Valverdi	1º semestre	Ambulante de "Aves e Ovos"
20	José Fortunato	1º trimestre	Ambulante de Leite
21	Euclides de Oliveira	1º e 2º semestres	Ambulante de Doces, Pastéis e Pipócas
22	José Fortunato	2º trimestre	Ambulante de Leite
23	Angelina Della Mura	1º e 2º semestres	Ambulante de Sorvetes
24	Mário Stringhetti	1º semestre	Ambulante de Leite
25	Salvador José Bachin	1º e 2º semestres	Ambulante de "Aves e Ovos"
26	Paulo Citrangulo	1º trimestre	Ambulante de Leite
27	Antônio Canivezi	1º semestre	Ambulante de Fructas
28	João Bosse Sobrinho	1º trimestre	Ambulante de Aves
29	Humberto Eugênio	1º trimestre	Ambulante de Leite
30	Antônio Pereira	1º trimestre	Ambulante de Leite
31	Sylvio Simionatto	1º e 2º semestres	Ambulante de Amendoim, Pipóca e Passóca

Fonte: Registro de Guias de Recolhimento do imposto de Indústrias e Profissões, Prefeitura Municipal de Itapira, Janeiro/1938.  
Organizado por Mirlaine Rotoly de Freitas

Alguns mascates, contribuíram com mais de um imposto, destacando seu progresso econômico. Um exemplo citado na tabela 4 é de Luiz Guerra, que contribuiu com o imposto para a venda de aves e ovos com “carrinho”, e outro imposto com a venda por “cargueiro”, pressupondo que este, seja um meio de transporte maior, que possibilita o aumento na quantidade de mercadorias a serem transportadas.

As Guias de Recolhimento trazem, em maioria, mascates registrados como “ambulantes de aves e ovos”, comprovando que eram os produtos que mais vendiam no urbano. Na tabela 4, pode-se constatar que, dos 31 contribuintes no mês de janeiro, 17 declararam serem “Mascates de Aves e Ovos”, ou seja, a maioria.

Com o progresso de sua atividade, muitos mascates se estabeleceram. Um exemplo pode ser comprovado pelo mesmo Luiz Guerra, contribuinte da tabela 4.

**Tabela 5 - Recolhimento de impostos do  
Sr. Luiz Guerra - 1938 a 1940**

<b>Natureza do Imposto</b>	<b>Data da Contribuição</b>	<b>Período</b>	<b>Total do Imposto</b>
Aves e Ovos com carrinho	Janeiro-1938	1º a 4º trimestres	324\$000
Aves e Ovos com cargueiro	Janeiro-1938	1º semestre	126\$000
Aves e Ovos com carrinho	Março-1938	1º trimestre	81\$000
Aves e Ovos com carrinho	Março-1938	1º trimestre	81\$000
Aves e Ovos com carrinho	Abril-1938	2º trimestre	81\$000
Aves e Ovos com carrinho	Abril-1938	2º trimestre	81\$000
Secos e Molhados	Maiio-1938	2º trimestre	280\$000
V. Ambulante de Aves e Ovos	Julho-1938	2º e 3º trimestres	144\$000
Armazém Secos e Molhados	Agosto-1938	3º trimestre	280\$000
Armazém Secos e Molhados	Novembro-1938	4º trimestre	280\$000
V. ambulante de gravata s, etc.	Janeiro-1939	1º trimestre	213\$800
V. ambulante de gravatas, etc.	Janeiro-1939	1º trimestre	213\$800
V. ambulante de aves, ovos, gravatas.	Janeiro-1939	1º trimestre	213\$800
V. ambulante de aves, ovos, etc.	Abril-1939	2º trimestre	58\$600
Compra de aves e ovos	Abril-1939	2º trimestre	58\$600
Aves, ovos, etc.	Janeiro-1940	1º trimestre	58\$600
Secos e molhados com bebidas	Agosto-1940	3º trimestre	397\$200

Fonte: Guia de Recolhimento do Imposto de Indústrias e Profissões, Prefeitura Municipal de Itapira, 1938-1940.

Organizado por Mirlaine Rotoly de Freitas

A partir de suas contribuições, conclui-se que, este mascate não mantinha uma periodicidade nos pagamentos. Ora pagava o ano todo, ora pagava por semestre ou trimestre. No ano de 1939, não contribuiu como vendedor ambulante nos 3º e 4º trimestres e, em 1940, sua contribuição foi apenas para o 1º trimestre. Este fato demonstra o quanto a arrecadação dos impostos referente à atividade era instável.

O mascate muda, durante as contribuições, a declaração dos produtos que mascateia. Isto, implica na diferença do valor do imposto e demonstra a diversificação de sua atividade.

Quando Luiz Guerra contribuiu com o imposto de Secos e Molhados, demonstrou seu progresso de mascate para comerciante estabelecido. Porém, pela continuidade da contribuição como ambulante, conclui-se que ele persistiu no desenvolvimento da atividade mascate, mesmo após seu estabelecimento.

Outro exemplo é a arrecadação do Sr. Ezequiel Gutierrez (Tabela 6).

**Tabela 6 - Recolhimento de impostos do Sr. Ezequiel Gutierrez - 1938 a 1940**

<b>Natureza do Imposto</b>	<b>Data da Contribuição</b>	<b>Período</b>	<b>Total do Imposto</b>
Ambulante de Aves e Ovos	Janeiro-1938	1º trimestre	81\$000
Ambulante de Aves e Ovos	Março-1938	2º trimestre	81\$000
Ambulante de Aves e Ovos	Julho-1938	3º trimestre	72\$000
Botequim com bebidas e etc	Março-1938	1º trimestre	151\$600
Mercado Municipal	Setembro-1939	semanal	1\$200

Fonte: Guia de Recolhimento do Imposto de Indústrias e Profissões, Prefeitura Municipal de Itapira, 1938-1940.

Organizado por Mirlaine Rotoly de Freitas

Fonte: Prefeitura Municipal de Itapira

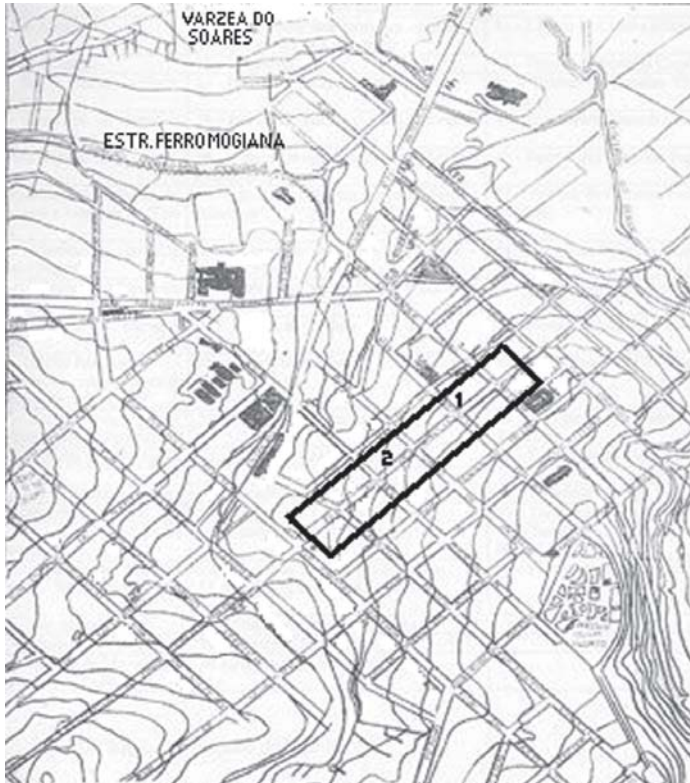
Perante os pagamentos de impostos de Ezequiel Gutierrez, percebe-se que, ao mesmo tempo em que o mascate contribuía como “Ambulante de Aves e Ovos”, mantinha um botequim. De início, representa que o mascate havia deixado o comércio ambulante para dedicar-se ao comércio estabelecido, mas, tendo o mascate contribuído com o imposto do Mercado Municipal, evidencia-se que o mesmo continuava a desenvolver a atividade mascate. Comercializando no Mercado, o mascate dá continuidade ao ciclo das trocas. Contudo, não contribui com o pagamento da respectiva licença.

De forma geral, os mascates, ao progredirem na atividade, instalaram no espaço urbano importantes casas comerciais, reinvestindo os lucros no lugar. Mas, quando se estabelecia, geralmente, o mascate, através dos laços de confiança, garantia a permanência de seus fregueses, dando continuidade ao abastecimento das fazendas.

Desta forma, temos uma atividade paralela aos modos normais de comércio, proporcionando um significativo impulso no desenvolvimento do comércio do lugar Itapira.

Foram vários os estabelecimentos comerciais fundados por mascates na cidade. A partir de seu estabelecimento, eles realizaram grande concorrência com redes de lojas anteriormente estabelecidas. Um bom exemplo é a loja “A Vencedora”, cujo proprietário, o senhor Abdo Damas (na tabela 4, aparece como o décimo primeiro contribuinte), conseguiu seu patrimônio através da atividade mascate. Esta loja, esteve em funcionamento até 1966 e estava situada na Rua José Bonifácio, principal rua comercial da região central da cidade de Itapira (Figura 3). A loja “A Vencedora” contava com uma numerosa e fiel clientela, graças aos laços de confiabilidade estabelecidos com o proprietário desde o período de mascate. Ela se destacava no comércio local, concorrendo com lojas como as Casas Pernambucanas, maior loja da cidade, até a primeira metade do século XX.

**Figura 3 – Mapa do centro urbano de Itapira (1960). Em destaque a principal rua comercial, José Bonifácio (1 Casas Pernambucanas, 2 Loja “A Vencedora”)**



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapira

Itapira teve seu comércio estabelecido oriundo de capitais externos ao município, bem como de capitais internos, pois a partir da identificação da atuação dos mascates foi possível visualizar a importante contribuição destes comerciantes para a estruturação de seu núcleo urbano.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo constatou que o trabalho de comerciantes, embasado pela técnica da mascateagem foi fundamental para a sustentação comercial das fazendas de café e o capital gerado foi investido no urbano local. Fato peculiar para um período em que os investimentos aconteciam concentrados no rural, graças à grande lucratividade cafeeira.

Portanto, o mascate conseguiu se adaptar à realidade rural, acumular bens e montar um elo de desenvolvimento entre o urbano e o rural. Esta realidade alterou a produção urbana do lugar Itapira.

Este trabalho comprova que a análise da produção espacial pode ser feita em qualquer espaço, desde que se identifique qual é a atividade econômica e o arcabouço técnico preponderantes naquele lugar, num determinado período. Dessa forma, conhecimentos geográficos e históricos se entrelaçaram para explicar a produção espacial.

## REFERÊNCIAS

- BRAUDEL, F. **Os Jogos das Trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 58 p.
- CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DEFFONTAINES, P. Os Mascates ou Mercadores Ambulantes do Brasil. **Boletim Geográfico**, n. 55, p. 814-816, 1947.
- FRANCO, M. S. C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Ática, 1974.
- FREITAS, M. R.; GARCIA, L. B. R. Educação cidadã: propostas de materiais didáticos que unem os conceitos de tempo e espaço em sala de aula. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 2, p. 261-277, 2003.
- GARCIA, L. B. R. Imagens do Passado: café, ferrovia e a cidade de Rio Claro. **Geografia**, Rio Claro, v. 19, n. 2, p. 149-166, 1994.
- KNOWLTON, C. S. **Sírios e Libaneses. Mobilidade Social e Espacial**. São Paulo: Anhembi, 1961.
- MATOS, O. N. **Café e Ferrovias, A Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira**. 2 ed. São Paulo: Alfa Omega, 1974.
- MILLIET, S. **Roteiro do Café e Outros Ensaio – Contribuição para o Estudo da História Econômica e Social do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA. **Livro de Leis**, v. 1, 13-10-1892 a 19-12-1903.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA. **Livro de Leis**, v. 2, 19-12-1903 a 15-04-1926.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA. **Livro de Registro de Guias**, n. 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10, 1932 a 1943.

### MIRLAINE ROTOLY DE FREITAS

(Licenciada e Bacharela em Geografia (UNESP – Rio Claro), e especialista em História Econômica do Brasil - UNESP – Rio Claro. E-mail: mrotoly@ig.com.br)

### LILIANA BUENO DOS REIS GARCIA

(Professora Adjunta do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento - IGCE, UNESP – Rio Claro. E-mail: lb-garcia@uol.com.br)